

EDITORIAL

A questão desencadeada pelas tecnologias empregadas na educação, tem-se tornado, nestes últimos anos, um dos temas privilegiados nas universidades públicas e particulares, principalmente no que tange às metodologias que ela oportuniza desenvolver.

Comprometida com questões relevantes da educação, o presente volume dedica-se ao aprofundamento da EAD - Educação a Distância com o objetivo de proporcionar uma leitura crítica, que transite do preconceito já estabelecido tradicionalmente pela educação ou ensino à distância, para a formação do conceito, levando-se em consideração as tecnologias empregadas hoje e as perspectivas de uma política de educação a distância, que correspondam às especificidades da sociedade e da educação brasileira.

Polêmica por natureza, a EAD navega entre posturas que vão de uma radical resistência, para uma paixão e encantamento com as maravilhas tecnológicas que instalam novas formas de relação e comunicação entre as pessoas.

No que diz respeito às perspectivas de uma política de EAD, a própria Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, deixa evidente em vários artigos essa modalidade como solução para a educação brasileira. Quanto à sua operacionalização, dado que requer infraestrutura material e humana, informações veiculadas nos foros de discussão sobre EAD pela rede, indicam algumas medidas do Governo no sentido de preparar a Internet para Ensino a distância.

Recentemente, a Assessoria de Comunicação do Ministério da Comunicação e Tecnologia, veiculou pela rede, a notícia de que os Ministros da C&T, Ronaldo Sardenberg e da Educação, Paulo Renato de Souza, assinaram no dia 19/10/99, o Protocolo de Intenções que possibilitará a realização de Pesquisa e do Ensino pela Internet. Sardenberg anunciou ainda, o início do funcionamento experimental de uma conexão de alta velocidade entre Brasília, Belo Horizonte e São Paulo já a partir dia 25/10/99 sendo que até fevereiro do ano 2000, 14 cidades estarão conectadas por meio de redes com velocidades até 17 vezes mais rápidas que as existentes hoje.

O ministro considerou em sua fala, que essas novas tecnologias representam a mola propulsora para o avanço do ensino superior e da pesquisa no país. Dentre os presentes encontravam-se a presidente da SBPC, Glacy Zancan, o presidente do CNPq, Evando Mirra, o secretário de Ensino Superior do MEC, Abílio Afonso Baeta Neves e o diretor do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Jacob Palis.

Destaca ainda os Assessores de Comunicação do Ministério de C&T, que o Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa é iniciativa que integra o projeto de renovação e melhoria da Internet no Brasil, enfocando o ensino a distância e as novas tecnologias de informação. Os objetivos do projeto são a alta qualidade do tráfego de produção por meio da Internet, o suporte a aplicações de educação superior, como o Projeto de Bibliotecas Digitais do MEC, e a interligação dos experimentos das redes metropolitanas de alta velocidade para testes de novas aplicações, projeto que representa para Sardenberg, avanço significativo da qualidade dos serviços de transmissão de dados no país.

Para o MC&T, tais avanços e os desafios que ainda existem em redes deste porte, demonstram a importância da realização do investimento e desenvolvimento de tecnologias, que constituirão a base da chamada Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Dados disponibilizados pela MC&T, informam que os primeiros esforços de pesquisa em redes no Brasil foram empreendidos pelo CNPq, na chamada Rede Nacional de Pesquisa-RNP, no início dos anos 80, fase em que a RNP se dispunha a oferecer o acesso à Internet ao meio acadêmico, governo e organizações, desde que não fizessem uso comercial da Rede. Além disso, buscava disponibilizar, consolidar e implantar a infra-estrutura para o funcionamento da Rede no Brasil, interligando Universidades e Centros de Pesquisa, e, principalmente, capacitar recursos humanos para a operação das redes. Um modelo de prestação de serviços que vem sendo mantido até hoje. Entretanto, a maior parte desses objetivos só foram atingidos entre 96 e 98.

Estudos do MC&T indicam que a estrutura atual apresenta-se saturada e com sua capacidade de expansão comprometida. Uma solução mais adequada para a expansão tecnológica da Internet seria a separação das aplicações operadas com tecnologia atual (www, transferência de arquivos, correio eletrônico etc.), daquelas que demandam serviços de rede experimentais ou de nova geração, como por exemplo: educação a distância, bibliotecas digitais, colaboração estendida etc., cujos usuários dessa rede, em nova modalidade, serão os pesquisadores, os professores e alunos de instituições de ensino e pesquisa brasileiras.

Como se observa, o MEC e o MC&T encontram-se dialogando no sentido de fazer prosperar a EAD no Brasil. Necessário se torna também, discutir os fundamentos desta tendência, as implicações para a educação bem como discutir o preparo do professor para fazer uso das tecnologias de forma a enriquecer sua prática. Essas reflexões nos são enriquecidas a partir dos artigos desta edição onde RASCO, José Félix Angulo, inicia com seu texto sobre inovação, universidade e sociedade, o que nos proporciona analisar as inovações educativas recuperando sua origem histórico-epistemológica para posteriormente refletir sobre algumas estratégias básicas.

No segundo artigo, CHAVES, Eduardo apresenta questões conceituais e terminológicas a respeito de Educação, Ensino, Aprendizagem a distância entre outras. Busca referendar sua análise recuperando os contrastes entre Ensino a Distância e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia. Reporta-se à educação escolar presencial, seu objetivo inicial de formação e nossa cultura hoje, cercada de tecnologias que possibilitam enriquecer o ambiente de aprendizagem.

PRATES, Maurício e LOYOLA, Waldomiro, apresentam em seu trabalho as possibilidades da EAD, Mediada por Computador (EDMC), adequada para os cursos de pós-graduação, atendendo às especificidades de nosso país, caracterizado por grandes extensões territoriais. Destacam ainda as experiências do Instituto de Informática da PUC-Campinas, formatado como uma rede inter-regional para quatro Universidades Católicas, a de Campinas, Brasília, Goiânia e Campo Grande.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, defende em seu artigo a utilização da Internet como um novo lugar para discussão das práticas pedagógicas tradicionais. Discute as proposições teórico-metodológicas que fundamentam sua concepção de educação a distância e de espaços virtuais de aprendizagem e educação. Trata de um projeto que visa a qualificação do ensino fundamental, envolvendo a Faculdade de Educação e o Instituto de Computação da Unicamp em parceria com a rede municipal de ensino de Valinhos/SP.

SOARES, Suely Galli, PREGNOLATO, Suzy Mari, CAIADO, Kátia Moreno e CASTANHO, Maria Eugênia, destacam a Faculdade de Educação da PUC-Campinas e a Educação a Distância, apontando as indagações trazidas pela EAD ao sistema educacional, com implicações instigantes para a relação ensino-aprendizagem. Destacam os aspectos históricos da EAD no Brasil e as perspectivas da LDB e seus 9 artigos que a explicitam. A contextualização da realidade brasileira e da introdução de computadores nas escolas, bem como da problemática que representa seu uso em sala de aula ou ainda nos laboratórios, é apontada como uma necessidade pela autoras que apresentam as ações da Faculdade de Educação da PUC-Campinas, no sentido de refletir essas e outras necessidades trazidas pela EAD. Dentro os objetivos das ações da Faculdade de Educação, encontra-se o de buscar avançar da posição do preconceito para a formação contextualizada do conceito, consciente dos limites e coerente com um Projeto Pedagógico comprometido socialmente.

Finalmente, FARIAS, Isabel Maria Sabino, destaca a atividade docente no tele-ensino cearense, focalizando a experiência na modalidade regular de Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª séries, via televisão. O projeto constitui-se num segmento da Teleducação concretizado através da TV educativa, como um sistema presente na educação do Estado desde 1974. Mantém sua atividade pedagógica de sala de aula, desenvolvida por um profissional que recebe o nome de orientador de aprendizagem.

Contamos também com as reflexões qualificadas de Renato Sabbatini no "Ponto de Vista", contribuindo para que este número temático da Revista Educação pudesse ser um espaço acadêmico de reflexões rigorosas sobre a temática em questão.

Assumindo a relevância do tema e sabendo da necessidade urgente de posicionamentos coerentes diante dos chamamentos da sociedade, esperamos com esta publicação, contribuir para a reflexão e, por via de consequência, para a confirmação do compromisso acadêmico com a educação e seus novos paradigmas.